

Desconfiança é exagerada

VERA BRANDIMARTE

Há uma dose de exagero na desconfiança demonstrada pelo mercado financeiro em relação ao pacote de ajuste fiscal, afirma o economista Fábio Giambiagi, gerente do departamento econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Afinal, se por um lado o ajuste depende em grande parte da aprovação de medidas impopulares pelo Congresso, por outro, as medidas que já vêm recebendo o voto antecipado dos parlamentares representam uma parcela muito pequena dos R\$ 28 bilhões de esforço fiscal previsto para 1999.

O que pode cair durante a tramitação no Congresso é principalmente a contribuição de servidores inativos, uma medida polêmica também em seus aspectos legais. Ela representa em 1999 R\$ 1,3 bilhão de receita para reduzir o déficit previdenciário, pouco se comparado ao ajuste total. Na negociação, os parlamentares podem também diminuir o percentual de aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O governo propôs uma alíquota para a CPMF de 0,38% para o próximo ano e várias manifestações já partiram do Congresso criticando

alíquota acima de 0,30%. Assim, pode ser que a CPMF acabe ficando em algo entre 0,30% e 0,38%, alíquotas que garantiriam arrecadação adicional de R\$ 4 bilhões e R\$ 7,2 bilhões, respectivamente.

Nos dois casos, a perda potencial de receita adicional é pouco superior a R\$ 4 bilhões. Se isso ocorrer, afirma Giambiagi, o governo tem várias alternativas. Uma delas é cortar a rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC). O governo está cortando R\$ 8,671 bilhões das despesas nessa rubrica, que vem crescendo muito nos últimos anos para atender o aumento dos gastos, principalmente na saúde e educação. Ocorre que esse corte foi calculado em cima de uma expectativa de gastos para o próximo ano porque sobre o OCC de 1998 a redução foi de apenas R\$ 2,7 bilhões. A contribuição do governo com cortes de despesa acabou sendo, na verdade, pouco significativa. Assim, uma tesoura um pouco mais afiada poderia atingir essa rubrica, se o aumento de arrecadação desejado com o pacote for menor.

Cartas na manga – O governo tem ainda outras cartas para tirar da manga, como o imposto sobre combustíveis, que chegou a ser amplamente debatido dentro do governo, mas acabou fora do pacote. O importante,

diz Giambiagi – e, em sua opinião, deveria ser suficiente para acalmar o mercado – é que se qualquer parte do ajuste falhar, o governo central terá que dar um jeito com cortes adicionais para garantir a meta de superávit primário, porque há um acordo sendo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com essas metas.

Mesmo se não houvesse compromissos com o FMI, se as contas públicas continuarem desequilibradas o país só estará prolongando tempos difíceis e os juros não poderão entrar em uma rota de queda consistente. O mercado considerou altos os juros projetados nas metas do governo para os próximos três anos (21,89% em 1999, 16,88% em 2000 e 13,37% em 2001). Giambiagi lembra que juro não é formado só da determinação do governo, mas é resultante de muitas variáveis, entre elas a percepção do mercado internacional sobre o risco do país. “Mesmo se fizermos todo o ajuste, o mundo não vai mudar imediatamente sua percepção sobre o Brasil. Estamos lutando contra a própria história – a história das moratórias dos anos 80, da inflação e do desequilíbrio fiscal e das contas externas mais recentes –, e não adianta o pecador dizer que não vai pecar mais”, diz ele.